

# 'Revisão da Vida Toda' volta para estaca zero

Pedido de ministro do STF faz com que tema seja rediscutido presencialmente

MARINA CARDOSO  
marina.cardoso@odia.com.br

Faltando apenas alguns minutos para o fim do prazo do julgamento que que reconhecia o direito de segurados do INSS à "Revisão da Vida Toda", o ministro Nunes Marques, do STF, pediu destaque do processo. Dessa forma, o julgamento precisará ser reiniciado e os aposentados e pensionistas voltam à estaca zero.

Com o pedido de Marques, que havia votado contra o aumento na renda dos segurados, a decisão virtual precisará ser debatida de forma presencial pelos ministros do STF. No dia 24 do mês passado, houve decisão favorável aos segurados do INSS por 6 votos a 5.

No julgamento, os ministros que foram favoráveis à revisão foram o relator, o então

ministro Marco Aurélio Mello, acompanhado dos ministros Cármen Lúcia, Rosa Weber, Edson Fachin e Ricardo Lewndowski. Já Nunes Marques, Dias Toffoli, Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Luiz Fux votaram contra a revisão do cálculo dos segurados do INSS.

Com o julgamento que iniciará do zero, André Mendonça, que assumiu uma cadeira em dezembro do ano passado, poderá votar no caso. Assim como Nunes Marques, ele também foi indicado à Corte pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). Mendonça assumiu a vaga do então ministro Marco Aurélio Mello, que havia votado favoravelmente na ação.

"Agora terá que ser pautado uma nova data de julgamento, onde será reiniciado, com os votos todos anulados, começa do zero", afirma advogado João Badari, do escritório Aith, Badari e Luchin.



Ministro Nunes Marques frutou expectativa de aposentados do INSS após vitória por 6 a 5 no STF



**Acredito em interferência do Executivo para buscar decisão já tomada pelo colegiado, por seis votos a cinco"**

JOÃO BANDARI, advogado previdenciário

### MUITA EXPECTATIVA

#### Sem prazo para voltar ser votado

■ Sem um prazo para a pauta ir ao plenário da Corte, João Badari espera que o tema seja debatido o quanto antes em razão da expectativa dos aposentados por resposta sobre a inclusão de todas as contribuições previdenciárias feitas antes de julho de 1994 à Previdência Social para a base de cálculo da aposentadoria. Segundo Badari, houve

uma intromissão do poder Executivo para que o julgamento fosse discutido novamente pelos ministros do Supremo.

"Acredito em interferência do Poder Executivo para buscar uma decisão já tomada pelo colegiado, por seis votos a cinco. Isso porque às 23h30 do último dia de julgamento para pedir que todos os votos fossem anulados", destaca.

### Atitude de Nunes Marques questionada

► O Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev) apresentou questão de ordem ao STF ontem para contestar o pedido de destaque do ministro Nunes Marques.

O Ieprev defende que o pedido de destaque de Marques se faz desnecessário, pois o processo teve ampla produção probatória. No documento enviado ao presidente do STF, Luiz Fux, e assinado pelo advogado João Badari, o instituto reforça que o processo teve sustentações orais das partes e amigos da Corte, parecer do PGR, memoriais, despachos, Nota Técnica Juntada pelo INSS, com informações sobre o custo da ação para seus cofres e voto divergente de Nunes Marques.

"O voto divergente foi muito bem fundamentado, e isso demonstrou a profundidade do debate levado ao Supremo. Não existe a necessidade de um tema ser levado para o plenário presencial se por meio do PV o processo se aprofundou, não ocorreu de forma rasa", diz o documento.

Para o Ieprev, recomendar do zero tira todo o trabalho e estudo feito pelo ministro relator.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Dia - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 10